

## O que significa hoje a lusofonia?

# A Lusofonia em festa

**Jorge Morbey**

**RADICA NA** mais antiga tradição católica lusa o calendário de festas e romarias que assinalam a superação de crises originadas pela guerra, pela doença, por calamidades naturais, etc., cuja celebração inclui manifestações religiosas e profanas.

Os festejos anuais da Lusofonia em Macau, se bem que destituídos de programação de índole religiosa, parecem poder entroncar nessa mesma tradição. O ambiente de festa e alegria não deve, porém, ser impeditivo de alguma reflexão produzida entre os cidadãos originários dos países que têm o Português como sua língua oficial.

A Lusofonia como, aliás, a Francofonia, a Hispanofonia e a Anglofonia, são espaços que radicam no fenómeno colonial e que assentam no uso da língua do ex-colonizador como cimento aglutinador das antigas colónias. Entre si e com as respectivas metrópoles do passado. Nesses espaços procura decantar-se a História de episódios de força e opressão, transformar em amigos anteriores inimigos, substituir a violência pretérita pelo diálogo, suprir a antiga exploração pela moderna cooperação.

Ao contrário dasteses que sustentam que tais espaços existem para manter o espírito colonial, parece que no seu estádio actual ele existem como áreas de catarse ou expiação. E não parece que possam ir mais além, tendo em conta os fortes compromissos existentes entre os países europeus, no seio da União Europeia, que inviabilizam irremediavelmente a participação plena dos países membros da UE em qualquer outra “Comunidade de Povos”. Atente-se no modo como o Acordo de Shengen inviabiliza qualquer expectativa de livre circulação de cidadãos das antigas colónias no território das antigas metrópoles, apesar de pertencerem à mesma comunidade linguística - anglófona, francófona hispanófona ou lusófona.

O fenómeno colonial, na sua formulação pura e dura, foi a revalidação entre as potências coloniais europeias dos seus interesses de exploração em África, formalmente assumida na Conferência de Berlim, em 1885. Aí, muito antes de Shengen, Portugal viu-se forçado a aderir ao discurso colonial europeu, ao arrepio da sua própria tradição e muito para além da capacidade que se lhe exigiu, em resultado da então nova regra colonial europeia que determinava, sem apelo nem agravo, a ocupação efectiva dos territórios africanos. O anti-colonialismo do século XX e a descolonização por ele determinada foi um facto sem antecedentes na História da Expansão Europeia porque se centrou no objectivo impreterível de reconquista da Soberania pelos povos colonizados.

O século XIX assistiu à secessão das colónias americanas dos respectivos países ibéricos e o Século XVIII foi o tempo da independência das colónias inglesas da América do Norte, à excepção do Canadá para onde se deslocaram os colonos que preferiram manter-se leais à Coroa Britânica e que ficaram conhecidos por United Empire Loyalists.

A independência das colónias ame-

ricanas foi um fenómeno sui generis, uma vez que os respectivos territórios não foram restituídos aos seus povos originários mas entregues aos europeus e seus descendentes que aí se tinham estabelecido. A descolonização dos séculos XVIII e XIX constituiu, portanto, o resultado da secessão de interesses em conflito que opunham europeus geograficamente separados pelo Atlântico, mas unidos pela mesma língua.

O século XVII tinha sido a época de consolidação de uma nova ordem europeia no domínio do mundo cujo exclusivo, ditado em Tordesilhas, deixou de pertencer aos países ibéricos e, em várias partes, foi derrubado e substituído por holandeses, ingleses e franceses. A abertura dos mares à navegação de outros países europeus, além de Portugal e de Espanha, resultou da acção da Reforma iniciada com Martim Lutero e teve por consequência o esvaziamento do poder central europeu pela autoridade pontifícia romana que vigorava desde a queda do Império Romano.

A hegemonia portuguesa no Índico e no Pacífico durou perto de um século e foi profundamente abalada com a chegada em força dos Holandeses àqueles mares. A transferência de domínios entre países europeus – de Portugal católico para a Holanda protestante, principalmente - constituiu o pano de fundo em que emergiram as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente.

Com a substituição da dominação portuguesa pela holandesa, permanecendo nas terras que as viram nascer, deportadas para outras paragens, ou forçadas à emigração, essas comunidades mestiças talharam a sua identidade própria que perdurou até aos nossos dias e que assenta em dois pilares principais: a religião católica e a língua crioula.

A religião católica fora trazida pelos portugueses, directamente de Portugal ou através de Goa – a Roma do Oriente. Convertidos ou nascidos nela, com ela haviam de morrer, geração após geração de euro-asiáticos de origem portuguesa.

A sua língua crioula era a língua portuguesa na formulação que lhe garantira o estatuto de língua franca no litoral da Ásia e da Oceania, desde o Século XVI até à sua substituição pelo inglês, no Século XIX. Holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses não podiam prescindir de um “língua” [intérprete] a bordo para poderem comerciar nos portos do Oriente, na língua que era - nada mais, nada menos – aquela que as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente falavam e, muitas delas, ainda falam. Tratados, contra os interesses portugueses, foram firmados entre representantes desses países europeus e poderes locais nessa mesma língua, por ser a única a que os europeus podiam recorrer para comunicar no Oriente. Ainda hoje, em muitas

**A Lusofonia é um espaço que radica no fenómeno colonial e que assenta no uso da língua do ex-colonizador como cimento aglutinador das antigas colónias. Procura decantar-se a História de episódios de força e opressão, transformar em amigos anteriores inimigos, substituir a violência pretérita pelo diálogo, suprir a antiga exploração pela moderna cooperação**

**Miguel Vale de Almeida**

**APÓS O** estabelecimento da democracia, Portugal teve de reconfigurar a sua auto-representação e a sua imagem na esfera internacional. Desde 1974, ocorreram três grandes eventos com relevância para a avaliação desta mudança – ou da falta dela. O primeiro foi a passagem de um país que se via a si próprio com um produto dos Descobrimentos, da expansão e da colonização para um país reduzido ao seu território metropolitano, membro de uma União Europeia supranacional; o segundo foi o êxodo migratório das ex-colónias; o terceiro foi o surgimento de uma nova retórica e realidade (concretamente, a da Lusofonia ou da comunidade de falantes do Português que inclui a nova noção da Diáspora Portuguesa).

Contrariamente ao que seria de esperar, o Estado português não se reconfigurou como um pequeno território europeu, como a Áustria ou a Dinamarca, a título de exemplo. Em vez disso, construiu para si e para a sua população uma imagem de ponte ou plataforma de ligação entre a Europa, o Brasil e a África. Oferecia a ambos os lados um capital cultural e histórico específico derivado da experiência colonial, descontextualizado no tempo

e no espaço (isto é, sem diferenciar a colonização inicial do Brasil da brutal Guerra Colonial em África) e uma língua comum. A língua tornou-se o símbolo principal, o recurso e o fetiche desta reconstrução de identidade, tendo o Estado português investido na criação de uma união de Estados, a CPLP, e lançado o termo Lusofonia para definir uma comunidade transnacional de falantes do Português. Nos livros escolares o discurso expansionista e chauvinista foi substituído por uma versão humanista e universalista que nunca colocou em causa o papel de Portugal como centro ou ponto de difusão. Isto pode ser visto, por exemplo, quando se discute o Acordo Ortográfico com outros países lusófonos ou nas formas populares de definir os cânones da língua portuguesa, como sendo os de Portugal, e caracterizando os outros tipos como subsidiários, como na palavra “brasileiro” - principalmente no seguimento da influência da cultura popular brasileira em Portugal, da imigração brasileira, e do peso demográfico e político do Brasil

partes deste lado do Mundo, “Cristão” e “Português” são sinónimos.

A forte identidade das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente cimentou-se em grande parte na adversidade. O conflito religioso nascido na Europa, entre católicos e protestantes, ramificou-se

na CPLP. Simultaneamente, o Estado português investiu na criação da noção de Diáspora Portuguesa tornando mais fácil aos luso-descendentes obter a nacionalidade, ao mesmo tempo que o dificultava para os imigrantes. Assistiu-se ao surgimento de leis de cidadania baseadas mais no “jus soli” do que no “jus sanguis”.

**PÓS-LUSOTROPICALISMO**

Tanto o Estado como o povo português viram as suas representações serem desafiadas por um fluxo migratório que se iniciou no final da década de 1980 e de ainda prossegue. Inicialmente (mas ainda agora), oriundo das ex-colónias de África, do Brasil e de países do Leste europeu. A migração de africanos confrontou os portugueses com as suas representações da miscigenação colonial, tolerância excepcionalismo. Isto resultou numa tensão cognitiva que os cientistas sociais identificaram em estudos sobre racismo visível ou encoberto. São hegemónicas as proclamações sobre o carácter não racista da sociedade portuguesa e normalmente justificadas com o exemplo de que a expansão e colonialismo portugueses foram excepcionalmente tolerantes, naquilo que pode ser designado por uma forma de lusotropicalismo populr (e uma prova de quão hegemónico esse discurso se tornou); embora contrastante com a exclusão social dos imigrantes, a sua fixação nas piores zonas urbanas, a exploração do seu trabalho, as dificuldades que enfrentam para obter a cidadania e para aceder a todo o tipo de direitos.

A competência cultural, principalmente linguística, serve de veículo para o lançamento de acusações contra a imigração e nas quais se escondem comentários racistas. A importância da competência cultural e linguística e a natureza do racismo encoberto tornaram-se mais explícitas no tratamento reservado aos imigrantes brasileiros, na sua maioria brancos e oriundos dos Estados do Sul; e nas observações positivas sobre a capacidade linguística dos imigrantes do Leste europeu. As discussões em Portugal, quer em organismos públicos quer em “conversas de rua”, giram à volta da palavra “integração”. Quando e como os imigrantes serão integrados? Falar português e aceitar os valores da cultura local são os requisitos

SEXTA 31.10.2008



SEXTA 31.10.2008



nossos dias e conservam determinadas prerrogativas que limitam a autoridade dos párocos, o que é visível em algumas celebrações onde os padres se limitam à Eucaristia e à Confissão dos fiéis porque, em tudo o mais, quem manda é a Irmandade.

A medida que a dominação holandesa foi sendo substituída pela inglesa, as Comunidades Crioulas Lusófonas do Oriente foram ficando menos oprimidas e, em alguns casos, foram as próprias autoridades coloniais britânicas a tomar a iniciativa de lhes facultar padres portugueses.

A perda da confiança que a Santa Sé depositara desde o século XV em Sua Majestade Fidelíssima o Rei de Portugal, após o corte das relações diplomáticas por iniciativa do Governo liberal em 1833 e a extinção das ordens religiosas por decreto de 31 de Maio de 1834, o Padroado Português do Oriente sofreu um golpe mortal. Na Índia, no Ceilão - hoje Sri-Lanka -, no Sudeste Asiático, na China e na Oceania. Permanecendo - os que podiam - nas suas missões, os missionários do Padroado não seriam substituídos pelos seus confrades. O clero secular de Goa, numeroso e bem preparado, acorria em socorro das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente que iam ficando sem religiosos. Quase sempre em vão. Os missionários da Propaganda Fidae e das Missions Étrangères de Paris já as ocupavam e os respectivos vigários apostólicos impediam-lhes o exercício do seu múnus. A expansão missionária francesa no Oriente começara ainda no século XVII.

As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente, gente simples e temente a Deus, mantidas na ignorância dos conflitos entre Portugal e Santa Sé, lutaram anos sem fim contra as novas autoridades eclesiásticas com quem conflitavam abertamente e às quais consideravam estrangeiras. Durante décadas pagaram, por isso, o elevado preço de lhes serem recusados os sacramentos a que só esporadicamente tinham acesso quando aportava um navio com um sacerdote, ainda que espanhol. Clamaram sempre pelo envio de clero. De Portugal, de Goa ou de Macau. Em vão.

A firme identidade das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente, ainda hoje, evita o casamento dos seus membros com indivíduos exteriores a elas e prefere que os futuros cônjuges provenham do seu seio ou de outras cristandades, ainda que distantes. Quando

assim não acontece e o casamento une um membro seu a alguém que a ela não pertence, a regra é a conversão deste à religião católica e a aprendizagem da língua crioula.

Algumas dessas comunidades desfrutam de um status ou imagem social positivo nos países onde vivem. Outras, porém, são socialmente desqualificadas e os seus membros são depreciativamente designados por “negros”, apesar da sua cor mais clara - da pele, do cabelo e dos olhos - relativamente aos naturais com outras origens étnicas.

A nível individual, nos países onde se encontram, podem encontrar-se membros originários destas comunidades nos mais elevados estratos da sociedade: do mundo da política à actividade empresarial próspera, nas mais elevadas funções da hierarquia eclesiástica ou simples párocos de aldeia. Onde se verifique a existência de uma significativa percentagem de membros destas comunidades no clero católico, isso parece resultar da intensa discriminação de que são objecto no acesso ao ensino público e ao mercado de trabalho – público e privado. Em regra, dedicam-se a actividades modestas. São pequenos proprietários, simples trabalhadores agrícolas ou pescadores.

Com a descolonização das antigas colónias portuguesas de África foi restituído aos seus povos o direito de decidirem sobre as suas línguas nacionais. Em todas elas o português foi adoptado como língua oficial, ao mesmo tempo que se reconheceu espontânea dignidade às línguas maternas dos seus povos.

As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente, substituído o domínio português, permaneceram sob domínio colonial europeu que as hostilizava ou, pelo menos, não dignificava. Assim permaneceram até à independência dos países em que se encontram, onde constituem minorias com reputação variável em cada um deles. Por naturais razões de unidade do Estado, esses países mantiveram como língua oficial o inglês – a língua do último colonizador – e privilegiaram uma das suas línguas como língua nacional.

O poder colonial inglês não descolonizou as Cristandades Crioulas Lusófonas, no sentido de restituir dignidade à sua identidade, de que a língua crioula faz parte integrante, o que, aliás, não privilegia uma das suas línguas como língua nacional.

A incapacidade de Portugal nesta matéria é uma evidência secular, filha da ignorância e do preconceito, como atestam alguns exemplos que se registam de seguida e que ocorreram num intervalo de cento e cinquenta anos.

**1.** José Joaquim Lopes de Lima, político português e administrador colonial - governador de Timor que cedeu a ilha das Flores aos holandeses -, no seu “Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguesas no Ultramar.” (1844) dá uma pequena amostra da desconsideração e desrespeito nutrido em relação às Cristandades Crioulas e à língua por elas falada. No que respeita ao Crioulo de Cabo Verde, classificava-o de gíria ridícula, composto monstruoso de antigo Português, e das Línguas de Guiné, que aquele povo tanto présa, e os mesmos brancos se comprazem a imitar.

**2.** Em 1988, transmiti ao Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Albino Cleto, a disponibilidade do Governo de Macau em apoiar a ida de religiosos portugueses para a Missão de S José de Singapura e para a paróquia de S. Pedro de Malaca, em virtude de se encontrarem praticamente retirados, por doença e velhice, os últimos padres portugueses enviados pelo Bispo de Macau. Respondeu-me S. E. Reverendíssima - de um modo que me pareceu tocado de complexo colonial - que a iniciativa deveria partir do Arcebispo e Bispo respectivos. Sugeriu que, ao menos, a Conferência Episcopal Portuguesa os convidasse para as comemorações do Centenário da Missionação e, nessa altura, se abordasse o assunto. Que se saiba, nenhum deles esteve nessas comemorações, por declinarem o convite ou por não terem sido convidados. Suponho que se verificou a segunda hipótese.

**3.** Em Janeiro de 1996, teve lugar em Malaca uma Conferência sobre “O Renascimento do Papiá-Cristão [Crioulo de Malaca] e o Desenvolvimento do Património Malaco-Português”, a que tive a honra de presidir na qualidade de Adido Cultural da Embaixada de Portugal e a convite da respectiva Comissão Organizadora. Entre as comunicações apresentadas, abordaram-se temas da maior importância: as dificuldades que sobreviriam para os pescadores, representando 30% da Comunidade, em consequência dos planos de desenvolvimento local que previam extensos

aterros, afastando o mar para longe das suas casas; o estudo, então em curso, para avaliação do número de falantes do Crioulo [Kristang] e necessidades para o respectivo ensino; o crescente interesse da população estudantil da Malásia, espelhado em teses versando a influência do Português sobre o Malaio e de docentes universitários daquele país

empenhados em trabalhos de investigação sobre o Papiá-Cristão; a sumariação dos crioulos existentes no mundo, seus diferentes estatutos, intercâmbio dos seus falantes para troca de experiências, inventário das respectivas necessidades, modos de entreaajuda e internacionalização desse património comum espalhado por vários países; a complexidade do sistema educativo da Malásia em que coexistem várias línguas e que permite a inclusão de qualquer idioma – incluindo o Papiá-Cristão e o Português padrão – mediante requerimento de quinze pais ou encarregados de educação, etc.

Expressa ou implicitamente os oradores apelaram ao apoio de “Portugal e das Fundações Portuguesas”. Estávamos no início do ano de 1996. Uma das dez conclusões da Conferência consistiu no pedido de avaliação das possibilidades de ligação das Comunidades Crioulas Lusófonas à Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP). Outra propunha que Portugal viabilizasse a organização de um pavilhão das Comunidades Crioulas Lusófonas na EXPO 98.

Tudo foi transmitido ao Governo português pelos canais habituais. A primeira resposta recebida enviava o preço de arrendamento dos pavilhões! Insistiu-se através de nova diligência procurando explicar melhor o sentido e alcance do que se pretendia. A resposta ignorante que encerrou definitivamente o assunto foi a de que cada Comunidade deveria diligenciar a sua inclusão nas representações dos respectivos países à EXPO 98...

Como me referiu o Arcebispo Emérito de Mandalay, na Birmânia, U Than Aung - descendente de portugueses - onde a maioria do clero católico é de origem portuguesa e cuja Comunidade tem as suas origens na cidade de Pegú no ano de 1600, quem nunca recebeu a mais ténue manifestação de solidariedade de Portugal nada tem a esperar daí. Na verdade, o que poderão as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente esperar de Portugal? Reflectindo quanto baste, parece poder concluir-se que:

Não rendem votos aos partidos

políticos portugueses, nem remessas de divisas como as dos lucrativos emigrantes portugueses no estrangeiro.

Não rendem votos aos partidos políticos, não proporcionam negócios, nem representam qualquer quota de mercado nas exportações portuguesas.

Não proporcionam receitas de milhões de euros ao Fisco e à Segurança Social portuguesa, nem a sua força de trabalho está à disposição de empresários portugueses, como acontece com os imigrantes - de África, do Brasil e do Leste Europeu – em Portugal. Na estrutura do Governo e da Administração em Portugal não existe espaço nem atenção para as Cristandades Lusófonas do Oriente. Porque elas não são lucrativas para os cofres do Estado.

Ricas e poderosas instituições privadas de utilidade pública, criadas à custa de muito dinheiro levado de Macau para Portugal, em condições que não dignificaram o País e a que caberia prestar atenção às Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente - saber onde estão, quantos são, que carências têm e as potencialidades que nelas existem - encaram as poucas de cuja existência sabem vagamente como criaturas simpáticas a que, de vez em quando, se dão uns amendoins com o afecto próprio do visitante de uma aldeia de macacos num qualquer jardim zoológico.

As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente são, assim, comunidades de excluídos da Lusofonia que a Lusofonia tem o dever de acolher no seu seio.

O fervor recente de promover internacionalmente a Língua Portuguesa não revela a mínima preocupação de cooperar na valorização desse Património Intangível da Humanidade que é constituído pelos crioulos de base portuguesa: do Oriente e de alguns dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Mas o desconsoo maior é que excluídos da Lusofonia acabamos por estar todos nós. Porque apesar do denominador comum que é a Língua Portuguesa – padrão ou crioula - enquanto estivermos privados da liberdade básica de todas as outras que é o direito de estar e de ir de um lado para o outro – jus manendi, ambulandi e unde ultro citroque –, de circular livremente entre os nossos países, a Lusofonia/CPLP pode ser tudo o que quiserem. Mas não é de certeza uma Comunidade de povos livres de circular em livremente entre os respectivos países.

Jorge Morbey foi presidente do Instituto Cultural de Macau. Historiador